

**IDEIAS DEMOCRÁTICAS EDUCACIONAIS A PARTIR DA *HASHTAG*
“OCUPAESCOLA”: UMA PROPOSTA DE INTELECTUALIZAÇÃO ORGÂNICA
VIRTUAL NO BRASIL**

Roberta Kerr dos Santos (UFF)¹

RESUMO

No Brasil, “pátria educadora”, com uma realidade educacional e social marcada por grandes desigualdades de classes, os movimentos sociais vislumbram, contemporaneamente, reivindicar o cumprimento das leis. Educação pública, gratuita e de qualidade é o que prevê a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB, 1996). Atualmente, há problemas na infraestrutura das escolas, denúncias de desvios de verbas destinadas à educação, atrasos no pagamento dos professores, entre outros casos que mobilizam o cidadão crítico. A sociedade civil, ao se conscientizar dos problemas socioeducacionais, deve exigir melhorias à classe dominante, ao Estado. E uma iniciativa foi tomada pelos alunos secundaristas em vários estados brasileiros através do Ocupa Escola: um movimento de caráter jovem, marcado pelo uso das mídias digitais em rede no *YouTube*, *Facebook* e *Twitter*, identificado no ambiente virtual via *hashtag* “OcupaEscola” – *#OcupaEscola*. A partir dessa marcação midiática, o presente artigo se propõe a iniciar um estudo sobre uma possível intelectualização orgânica através da tecnologia, das comunidades virtuais e da interação propiciada pelos recursos digitais na internet. Para a fundamentação teórica dos movimentos em rede – que vêm comparecendo em vários lugares do mundo –, consideram-se os estudos de Manuel Castells e, para a metodologia da Análise de Redes Sociais (ARS), utilizam-se as pesquisas de Raquel Recuero. Por fim, busca-se refletir, filosoficamente, à luz de Antonio Gramsci, o processo de democratização do ensino brasileiro, especificamente o modo como, no contexto do movimento secundarista, as discussões estão estabelecendo e mobilizando interações no ambiente da *web* a favor da educação pública no país e contra os instrumentos de força do Estado. As ideias carcerárias do pensador italiano nunca estiveram tão atuais concernentes à luta de classes, abordada pelo autor no contexto histórico do fascismo em seu país e, aqui, consideradas na realidade política do Brasil.

Palavras-chaves: intelectualização orgânica, movimentos sociais, redes sociais.

RIASSUNTO

In Brasile, "educatore Paese" con una realtà educativa e sociale, segnato da grandi disuguaglianze di classe, i movimenti sociali immaginare, contemporaneamente, rivendicando il rispetto delle leggi. Istruzione pubblica, gratuita e inclusa qualità e cosa prevede la legge di

¹ Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia, Política e Educação (Nufipe), Doutoranda em Educação (UFF), Mestra em Linguagem (UFF), Especialista em Língua Portuguesa (UERJ), Professora do Ensino Fundamental (SME-RJ) e Ensino Médio (SEEDUC-RJ).

Leis de Diretrizes e Base da Educação (LDB, 1996). Atualmente, ci sono problemi nell'infrastruttura di scuole, segnalazioni di fondi deviazioni destinati per l'istruzione, ci sono ritardi pagare gli insegnanti, tra gli altri casi, ciò che mobilitano il cittadino critico. La società civile è consapevole dei problemi sociali ed educativi, devono richiedere miglioramenti alla classe dirigente, ao stato. E un'iniziativa è stata scattata dal studenti delle scuole superiori in diversi stati del Brasile attraverso il processo Ocupa Escola: un personaggio di movimento giovanile, segnato capelli uso Digital Network Media su *YouTube*, *Facebook* e *Twitter*, ha identificato qualsiasi ambiente virtuale tramite *hashtag* "OcupaEscola" - *#OcupaEscola* . Da marcatura questo supporto, il presente articolo si propone di iniziare a studio ronzio su un possibile intellettualizzazione organica attraverso la tecnologia, che di comunità virtuali e propiziata per le risorse digitali sull'interazione internet. Per il teorico Fondazione dei movimenti network - che cosa viene appare in diverse città del mondo - sono considerati Manuel Castells studi ed associare l'metodologia della Social Network Analysis (ARS), sono utilizzati come research Raquel Recuero. Infine, cerchiamo di riflettere filosoficamente, alla luce di Antonio Gramsci, la democratizzazione del processo di formazione del Brasile, in particolare come modalità, nessun contesto di movimento scuola secondaria, come le discussioni stanno stabilendo e mobilitare le interazioni qualsiasi ambiente web a favore della pubblica istruzione pubblico non e genitori contro il potere dello stato instruments. Da italiano idee prigionia pensatore non erano come corso in tema di lotta di classe, affrontato dall'autore senza contesto storico del fascismo nei suoi genitori e, qui, considerato nella politica realtà Brasile.

Parole chiave: intellettualizzazione organico, movimenti sociali, reti sociali.

1. INTRODUÇÃO

“Todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais”

(Antônio Gramsci)

A educação no Brasil vem apresentando índices alarmantes de baixa qualidade na educação básica. Uma pesquisa internacional realizada em 2015 pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) classificou o país em 60º colocado dentre 76 nações ricas ou pobres representativas mundialmente. Outras fontes corroboram para esse resultado, já que o conhecimento básico dos alunos do ensino público reflete essa realidade em provas aplicadas em âmbito nacional. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que coleta dados sobre o desempenho acadêmico dos discentes

brasileiros, divulgou, em 2005, um quadro evolutivo de 1995 a 2005, mostrando a queda nas médias de proficiência em Língua Portuguesa e em Matemática em duas séries do Ensino Fundamental e na terceira série do Ensino Médio. Nessas estatísticas, destaca-se um pior desempenho nas regiões Norte e Nordeste, áreas com menor índice de desenvolvimento econômico, carentes de adequadas instituições escolares e condições básicas de vida, além de evidenciarem grandes desigualdades sociais.

Diante dessa triste realidade, a escola pública carece de melhorias estruturais e pedagógicas para o seu aprimoramento na formação dos alunos, nossos futuros cidadãos e representantes das classes populares. A população e seus representantes devem reivindicar condições adequadas de ensino, que envolvam o programa e a infraestrutura das instituições escolares, para minimizar tais desigualdades, primando por uma melhor qualidade de vida do povo oprimido social e economicamente. Deve-se pensar no exercício da cidadania e na aplicação das leis que preveem direitos a todos. Pode-se retomar os ideais da Revolução Francesa para fundamentar a importância histórica dos direitos e deveres de todos os indivíduos da nação, resgatando uma ruptura iniciada no século XIX. Nessa época:

ao lado das ideologias liberais, democráticas e socialistas, desenvolveu-se o nacionalismo, que teve sua origem na Revolução Francesa. Tradicionalmente, cada país era considerado uma espécie de “propriedade” do rei e de sua família. Por isso, cada indivíduo era *súdito* de um determinado rei e não um *cidadão*. Foi durante a luta dos franceses contra o absolutismo do rei que, aos poucos, eles deixaram de se considerar súditos para se tornarem cidadãos (KOSHIBA; PEREIRA, 1996, p. 211, grifos do autor).

Assim como ocorreu no século XIX, diante da insatisfação da classe subalterna, até hoje, inúmeros protestos irrompem com frequência para denunciar e requerer investimentos governamentais.

1.1. A Educação no Brasil

“Ao bradarmos ‘BRASIL, PÁTRIA EDUCADORA’ estamos dizendo que a educação será a prioridade das prioridades”.

(Dilma Rousseff)

No Brasil, particularmente, a educação comparece no *slogan* da campanha do governo federal através do título “Pátria Educadora”. O logotipo da instituição máxima do Estado apresenta essa expressão – ressaltando a importância do ensino no país – desde o início do governo da presidenta Dilma Vana Rousseff (PT) em sua reeleição no final de 2014 e início de 2015. Apesar desse *marketing*, o Estado que se julga democrático e que prevê, em suas leis, direitos a todos os cidadãos, não consegue garantir escolas igualitárias e de qualidade aos estudantes.

No exercício da cidadania, dentre tantas demandas reclamadas, uma delas envolve a de se conquistar a democratização da educação no país. Este deve ser o caminho: a reflexão crítica cidadã é a base para o engajamento político, para que as ideias alcancem dada intelectualidade e militância social. Afinal, deve ser oferecida uma “Educação pública e gratuita a todas as crianças” (MARX; ENGELS, 2012 [1849], p. 32), como prevê a constituição brasileira, fundamentada nos mesmos ideais da Revolução Francesa:

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996. Não paginado, grifo nosso).

São relativamente recentes as leis educacionais em nosso país. E, independentemente da época em que foram sancionadas, é notório que sua aplicação não ocorre de modo democrático. Por isso, para a análise do processo político, segundo Ball & Bowe (1992), deve-se considerar um ciclo contínuo que abrange: a política proposta, a política de fato e a política em uso (MAINARDES, 2006, p.49).

Sobre as práticas das leis educacionais, no final do ano de 2015, um fato suscitou um movimento de ações dos estudantes e profissionais de educação, em São Paulo, por conta de uma decisão do governador Geraldo Alckmin (PSDB), que previa o fechamento de 93 unidades de ensino em todo o estado, dentre outras ações que impactariam negativamente o ensino público. O projeto denominado “reorganização escolar” abarcava, também, a transferência de professores e mais de trezentos mil alunos. Por consequência do decreto que autorizava a proposta do governo paulista, protestos se desencadearam através da ocupação das escolas pelos alunos, apoiados por pais e professores. A primeira ocupação ocorreu em 9 de novembro de 2015. Uma semana depois, 34 escolas já haviam sido ocupadas, e o

movimento contou com o apoio de universidades, tais como Unicamp, USP, Unesp, Unifesp, Cempec, e da Campanha pelo Direito à Educação. A medida, enfim, é suspensa após a ocupação de quase 200 escolas em todo o estado. Houve grande repercussão nas mídias virtuais pelo caráter jovem desse movimento popular, circulando nas redes sociais através, principalmente, da *hashtag* “OcupaEscola” – #OcupaEscola.

O cenário político ainda se desenrolou através de conflitos de violência numa tentativa do governo estadual de desocupação das escolas através de força policial, assim como de reivindicação de outros direitos em prol da educação pelos representantes do movimento. Exigiu-se, por exemplo, o fim dos cortes de verbas para o setor e uma solução para a “máfia da merenda”, ou seja, a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Assembleia Legislativa a fim de investigar desvios nas verbas da merenda escolar.

1.2 Ocupação e Intelectualidade Orgânica

"Começou nas redes sociais da internet, já que estas são espaços de autonomia, muito além do controle de governos e empresas – que, ao longo da história, haviam monopolizado os canais de comunicação como alicerces de seu poder".

(Manuel Castells)

As escolas ocupadas em São Paulo inspiraram outros estados a fazer o mesmo. O ativismo popular paulista se disseminou no país, sendo seguido por estados como o Rio de Janeiro, Ceará, Mato Grosso, Goiás, Paraná e Rio Grande do Sul. No Rio, o movimento coincidiu com uma situação governamental bastante difícil envolvendo, entre outros problemas de impacto social, o atraso dos pagamentos dos servidores do estado e a greve dos professores da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC). Até abril de 2016, quase setenta escolas já estavam ocupadas, e as ações receberam um importante apoio da sociedade. Shows culturais foram realizados para promover o movimento, e moções de apoio foram divulgadas por diversas universidades. A Universidade Federal Fluminense (UFF), à guisa de ilustração, anunciou a “Moção de Apoio ao Movimento de Professores e Estudantes da Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro” em 3 de maio de 2016.

A partir desse contexto, o presente artigo se propõe a iniciar um estudo sobre uma possível intelectualização orgânica através da tecnologia, das comunidades virtuais e da interação propiciada pelos recursos digitais na internet. Busca-se pensar, filosoficamente, à luz de Antonio Gramsci (a partir dos *Cadernos do Cárcere*, em especial do Caderno 12) para refletir o processo de democratização do ensino no Brasil, especificamente o modo como, no contexto do movimento Ocupa Escola, as discussões estão estabelecendo e mobilizando interações no ambiente da *web* a favor da educação pública no país e contra os instrumentos de força do Estado. Afinal, as ideias carcerárias do pensador italiano nunca estiveram tão atuais concernentes à luta de classes, abordada pelo autor no contexto histórico do fascismo em seu país e, aqui, consideradas na realidade política do Brasil.

Segundo Gramsci:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político” (2001, p. 15)

Em seus cadernos, ele posiciona os intelectuais, que representam dado grupo social, como agentes estrategistas responsáveis pelas funções de dirigentes políticos e organizadores da cultura. E o Ocupa Escola é um movimento liderado pelo grupo social de estudantes da educação pública que, ao combaterem as péssimas condições do ensino e ao enfrentarem leis abusivas da política educacional, reacenderam o seu papel cidadão, numa direção de consciência diante da crise: “Como observa Gramsci, a crise se instala porque ocorre a separação entre sociedade civil e sociedade política, entre governantes e governados. E, na verdade, essa separação entre o Planalto e a planície reflete a situação de um país partido pela profunda desigualdade” (SEMERARO, 2016, p.2).

Acrescenta-se que, por se tratar de um movimento em rede, os pensamentos do sociólogo espanhol Manuel Castells são considerados para as análises do Ocupa Escola. Na introdução de sua obra *Redes de indignação e esperança*, Castells afirma que “Os movimentos (populares) espalharam-se por contágio num mundo ligado pela internet sem fio e caracterizado pela difusão rápida, viral, de imagens e ideias” (2013, p.4-5). Assim, observar-se-á uma amostra de debates de cunho popular estudantil vinculados à estruturação injusta da sociedade que é questionada pela classe subalterna em busca da democracia social-educacional. Por último, a partir da perspectiva de Análise de Redes Sociais (ARS) e dos

estudiosos em cibercultura Fábio Malini (2016) e Raquel Recuero (2009; 2014), o recorte e seleção dos conteúdos virtuais analisados abrangem as páginas virtuais encontradas através da *hashtag* que denomina o movimento: *#OcupaEscola*.

2. **#OCUPAESCOLA**

“A escola unitária ou de formação humanista ou de cultura geral, deveria assumir a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los elevado a um certo grau de maturidade e capacidade para a criação intelectual”.

(Antonio Gramsci)

Contemporaneamente, vivenciam-se inúmeras mudanças em relação aos recursos tecnológicos. Sobre o uso de computadores, que chegaram ao Brasil na década de 70 através das universidades, é possível estabelecer um paralelo quanto ao aumento do número de usuários do sistema global de rede de computadores interligados à internet e ao surgimento das redes sociais virtuais. Considerando os diversos meios de comunicação *on-line*, tais como o *Orkut* e o *Facebook*, criados em 2004, e o *Twitter*, alguns anos depois, em 2006, verifica-se que a ação social humana se modificou e se intensificou com o mundo virtual, afinal, segundo Siemens, “o conhecimento é um sistema formado por conexões” (2006). Desse modo, esses novos espaços comunicacionais de informação/conhecimento, enquanto fenômenos:

representam aquilo que está mudando profundamente as formas de organização, identidade, conversação e mobilização social: o advento da Comunicação Mediada pelo Computador. Essa comunicação, mais do que permitir aos indivíduos comunicar-se, amplificou a capacidade de conexão, permitindo que redes fossem criadas e expressas nesses espaços: as redes sociais mediadas pelo computador (RECUERO, 2009, p. 16).

Desde novembro de 2015, o movimento de secundaristas, estudantes das escolas públicas do estado de São Paulo, “ocupam” as redes via *Facebook*, *Twitter* e *YouTube*, publicando as ações que envolvem o *#OcupaEscola*. A partir de fotografias, vídeos e textos, que se disseminam através de *hiperlinks* – páginas que levam a outras páginas –, as

experiências midiáticas desses jovens narram a sua luta pela defesa das ocupações e contra as decisões governamentais arbitrárias.

Segundo Malini, professor de Cibercultura no Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), que acompanha o compartilhamento dos posts das páginas dos estudantes, trata-se de um “movimento de defesa do comum mais exitoso desde as jornadas pelo direito à cidade abertas em 2013” (2016, s/p.). Ele, também, destaca que as narrativas dos secundaristas “é sempre enunciativa, isto é, elaborada apenas por quem participa da história”. Tais características refletem o caráter popular e político das ocupações, assim como, a percepção crítica de um grupo social tido pelo senso comum como “apático” e/ou “desinteressado”. A consciência da própria função – enquanto estudantes que carecem de um ensino público de qualidade – revela dada organicidade na interação com as reflexões que estabelecem com o seu meio. Há uma apropriação do espaço e das questões escolares de forma crítica e libertária, que coaduna com os pensamentos freireanos: “Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão” (FREIRE, 2015. p.108). Através das mídias, esses jovens pronunciam o mundo no qual estão inseridos, denunciam a sua realidade e reconquistam o seu direito à palavra que é, de alguma forma, garantida pelos espaços virtuais.

Historicamente, segundo Maria da Glória Gohn, os movimentos sociais:

têm contribuído para organizar e conscientizar a sociedade; apresenta conjuntos de demandas via práticas de pressão/mobilização; têm certa continuidade e permanência. Eles não são apenas reativos, movidos só pelas necessidades (fome ou qualquer forma de opressão), pois podem surgir e se desenvolver também a partir de uma reflexão sobre sua própria experiência. (2013. p.16)

Em sentido lato, busca-se, com tal conscientização, contestar o poder, revelar-se contra os desmandos do Estado, lutar pela democratização. E os atores dessa luta são os oprimidos socialmente, “o ser humano sem história, totalmente vulnerável, sem nenhuma importância, espoliado, destituído dos direitos mais elementares” (SEMERARO, 2014. p.98), como o direito à educação pública e de qualidade, supostamente garantido pelas leis nacionais.

3. RELAÇÕES DE PODER

“Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens libertam em comunhão”.

(Paulo Freire)

Contemporaneamente, os movimentos sociais em rede questionam o modo como se estabelecem as relações de poder nesse novo contexto social e, também, as formas como os atos políticos se instauram e se propagam nesse meio. O paradigma da liberdade deve ser pensado, já que fora uma temática aglutinadora na época da ditadura, tempo em que “assistimos a um florescimento espantoso de práticas político-pedagógicas inovadoras e de criações teóricas em diversos campos” (SEMERARO, 2007, p. 2). Uma sociedade livre se fundamenta numa gestão democrática e, para Gramsci, a solução “deveria ser encontrada na constituição do ‘Estado ético’, omniabrangente, capaz de ultrapassar os conflitos da sociedade civil e garantir o funcionamento do todo” (SEMERARO, 1997, p.2). Isso porque tais conflitos são gerados por conta das rupturas desejadas pela classe oprimida, insatisfeita com o descaso do Estado.

Destarte, o enfrentamento entre as classes sociais se estabelece pela organização comunicacional e promoção de novas maneiras de pensar, que constitui uma atividade intelectual criadora (GRAMSCI, 1981). Segundo Gramsci, “todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um ‘filósofo’, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral” (*Ibidem*, p. 11). No entanto, as “camadas intelectuais” se formam de acordo com processos históricos tradicionais concretos, relacionando-se com o mundo da produção “mediatizada” pelo contexto social e geradas pelas necessidades políticas do grupo fundamental dominante. Nesse embate, entre a “sociedade civil” e a “sociedade política ou Estado”, Marx (1978) defendia que “era preciso que os intelectuais políticos se colocassem no lugar das vítimas do sistema, adquirissem a ótica dos defraudados e se revestissem das suas energias revolucionárias” (SEMERARO, 2006a, p.3). Somente assim fariam parte de um movimento real:

Marx estava convencido, de fato, que as classes desapropriadas e os povos saqueados possuíam a inteligência “objetiva”, o ponto de vista mais concreto e radical proveniente da violência sofrida, do trabalho alienado, das necessidades elementares desatendidas, das relações sociais e humanas dissolvidas. Assim, se a verdadeira face da sociedade burguesa encontrava-se nos trabalhadores explorados e nos territórios colonizados (Marx, 1978, p. 265), a partir destes também precisava ser encontrado o caminho da revolução para fazer avançar a história em direção à liberdade e à sociabilidade universal. (*Ibidem*)

Segundo as premissas de Marx e Gramsci, a filosofia, reflexão das ideias pelos intelectuais no mundo contemporâneo, deve se tornar “práxis política”, em que o conhecimento é socializado e conectado às diversas organizações sociais, tornando-se, portanto, orgânico e contrapondo-se à elitização desses pensadores. Por essa razão, o novo intelectual intenciona conquistar maior consciência da sua classe através da sua vinculação à cultura, à história e à política das classes desprivilegiadas, diferentemente da imagem que se tem do filósofo como detentor de todo conhecimento.

Desse modo, a propagação de ideias filosóficas encontra, nas conexões virtuais, um ambiente propício:

Eles (movimentos sociais) também precisam construir um espaço público, criando comunidades livres no espaço urbano. Uma vez que o espaço público institucional – o espaço constitucionalmente designado para a deliberação – está ocupado pelos interesses das elites dominantes e suas redes, os movimentos sociais precisam abrir um novo espaço público que não se limite à internet, mas se torne visível nos lugares da vida social (CASTELLS, 2013, p.25).

O movimento social Ocupa Escola, através da reivindicação de direitos democráticos no âmbito escolar, vem abrindo novos espaços públicos virtuais e urbanos, e, mais, ampliando as discussões sobre o ensino público. Afinal, a escola deve permanentemente ser um espaço de discussão, no qual seus atores – alunos, professores e demais profissionais da educação – produzam diálogos, reconquistando o direito pela palavra e pronunciando o mundo a fim de transformá-lo (FREIRE, 2015, p.109).

4. IDEIAS DEMOCRÁTICAS NAS REDES SOCIAIS

“A educação é política”.

(Paulo Freire)

Após ter iniciado em São Paulo, por conta das políticas públicas da Secretaria de Educação, o movimento Ocupa Escolase propagou para outros estados, viralizado pela *hashtag*. É necessário esclarecer que o uso dessa etiqueta (*tag*) no ciberespaço serve para a realização de buscas de outras publicações (*posts*) que apresentem a mesma marcação. Acrescenta-se o fato de que as *hashtags* com mais ocorrências na rede social *Twitter* geram os chamados *Trending Topics*, que é uma lista dos dez termos mais recorrentes em determinado período, identificando, desse modo, a popularidade do assunto. Conforme coloca Recuero: “A popularidade é um valor relacionado à audiência, que é também facilitada nas redes sociais na Internet” e “A popularidade também é relacionada ao número de comentários e ao tamanho da audiência de cada blog ou fotolog, pelo número de visitas em um perfil, bem como a quantidade de links” (2009, p.111).

De acordo com a perspectiva de Análise de Redes Sociais (ARS), o estudo desses espaços virtuais, que referenciam um novo e complexo universo de fenômenos comunicativos, sociais e discursivos (RECUERO, 2014, p.61), ainda é incipiente em sua metodologia e no uso de ferramentas para mensuração de dados da *web*. Por isso, apresenta-se, no presente artigo, um estudo pontual focado na *hashtag* que representa o início e a expansão do movimento Ocupa Escola, visto que a popularização das narrativas dos estudantes secundaristas paulistas se propagou em outros estados, como o Rio de Janeiro.

O estado do Rio, governado por Luiz Fernando Pezão (PMDB) – posteriormente afastado por motivo de saúde – está imerso em uma grave crise econômica. A justificativa para o déficit orçamentário, afetando áreas como a saúde e a educação, além de atrasos, suspensões e parcelamentos de salários dos servidores ativos e pensionistas, envolve a queda do preço do petróleo, fato que impactou contas no mundo inteiro. O governo informa, ainda, que houve queda de dois bilhões na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviço (ICMS), gerando uma “situação financeira trágica”, segundo o governador em exercício Francisco Dornelles.

Segundo afirmação de Mainardes, “A política não é feita e finalizada no momento legislativo” (2006, p.52), o que leva a considerar as consequências de determinadas decisões no âmbito da política educacional. A implementação de tais decisões legislativas frente à crise

são o resultado de disputas e acordos (*Ibidem*) que implicaram, nesse caso, em uma grande insatisfação popular e, conseqüentemente, na mobilização civil em questão.

Detalhando um pouco mais o cenário político da educação no Rio de Janeiro, a greve iniciada em 2 de março de 2016 exige reposição salarial de 30%, retorno ao calendário de pagamento no segundo dia útil do mês, o fim do parcelamento de salários, entre outras reivindicações. Os alunos apoiam a greve e apresentam mais exigências, realizando críticas que abordam os problemas na infraestrutura dos colégios, a falta de merenda, a superlotação das salas de aula e outras ocorrências que comprometem a qualidade do ensino.

Para perceber o impacto do Ocupa Escola nesse contexto, observa-se a quantidade de fãs das páginas do *Facebook* envolvidas no movimento. Malini (2016, s/p.) informa que as comunidades mais seguidas pelos “ocupas” (expressão que designa os atores envolvidos) possuíam quase trezentos mil fãs, sendo elas: “Não fechem a minha escola” (205 mil) e “Mal Educado” (75 mil). E como fonte de informação das ocupações, há as páginas “Escola do RJ em Luta” (especificamente sobre a ocupação nas escolas do Rio de Janeiro, possuindo 37 mil fãs), “Jornalistas Livres” (382 mil fãs) e “Mídia Ninja” (750 mil fãs).

Conforme afirma Gohn (2013, p.16), os movimentos possuem um caráter educativo e de aprendizagem para seus atores, construindo modelos de inovações sociais. Especialmente para esse movimento, realizado por jovens do Ensino Médio, o aprendizado abrange a tomada de consciência de uma classe social que legitima o principal papel da educação, já que “A escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis” (GRAMSCI, 2001, p.19).

Afinal, será que pode ser observada, de algum modo, nas discussões propostas pelos “ocupas” nas redes sociais, uma intelectualização orgânica, de acordo com o conceito gramsciano? Não como profissionais acadêmicos, já que pode haver diversos “tipos” de intelectuais segundo o filósofo italiano. Isso porque os intelectuais tradicionais se restringem ao mundo das ideias, permanecendo indiferentes e alheios aos conflitos sociais e políticos contemporâneos. A filosofia da práxis surge a partir de uma nova proposta de intelectuais engajados e envolvidos com a luta pela democracia, e que representam politicamente sua classe social: “Mais do que elucubrações mentais, agora se fazia necessário conhecer o funcionamento da sociedade, descobrir os mecanismos de dominação encobertos pela

ideologia dominante e os enfrentamentos das classes na disputa pelo poder” (SEMERARO, 2006, p. 374).

Mensagens de incentivo de cunho político contendo palavras de luta foram encontradas em inúmeros comentários. Ainda no início do movimento social, uma publicação que anunciava mais uma escola paulista ocupada – “Agora já são cinco escolas ocupadas na luta contra a ‘reorganização’!” – apresentou: “QUE O FOGO SE ALASTRE! SE FECHAR A GENTE OCUPA!” (33 curtidas) e “Essa luta merece ser lutada”. A popularidade indicada pelo número de *likes* (992 mil curtidas) e compartilhamentos (1,5 mil) indicam a aceitação e difusão das ideias e ações dos secundaristas. Em outro comentário, há a seguinte contribuição “Assistam a Roda Viva de 2a feira, dia 9/11. O atual secretário fala das bases da mudança”, demonstrando o interesse pelo debate e entendimento das leis governamentais.

É muito interessante notar a presença constante de hipertextos (*links*) que levam a outros espaços virtuais de informação para discussão. Em uma das mensagens publicadas, ocorreu a inserção de um texto intitulado “A Escola Autogerida – Por Uma Nova Realidade”, que se inicia com uma citação de Rousseau, além de conter pensamentos de Marx. Essa ocorrência revela o caráter colaborativo, em que todos podem contribuir com ideias que reflitam e combatam as ideologias dominantes e, também, com o aprofundamento crítico do movimento através das mais diversas mídias. Conforme esclarece Castells:

As características dos processos de comunicação entre indivíduos engajados em movimentos sociais determinam as características organizacionais do próprio movimento: quanto mais interativa e autoconfigurável for a comunicação, menos hierárquica será a organização e mais participativo o movimento. É por isso que os movimentos sociais em rede da era digital representam uma nova espécie em seu gênero. (2013, p. 41).

Em outro *post*, o pensamento sobre democracia é ainda mais explícito:

Uma escola é muito mais do que um centro de ensino, é um espaço de convívio e um núcleo comunitário. Seja qual for o plano, por imposição e com repressão nada funciona. Existem outras formas, principalmente incluir e considerar a outro como um igual, sentar, conversar, ouvir, propor mediar. Se não, não é democracia.

Essa publicação suscitou 459 comentários e 1,5 mil compartilhamentos, além de dezenove mil curtidas, tornando-a bastante popular segundo a ARS. Entende-se que ela denuncia a imposição das leis que impulsionaram o movimento (“por imposição e com

repressão nada funciona”), exige que a classe dominante ouça as vozes populares (“sentar, conversar, ouvir”), dirimindo a diferença de classes no âmbito educacional (“considerar a outro como um igual”) e buscando a igualdade social. Trata-se de uma mobilização de amplo alcance nas redes e, até o momento, em contínua expansão.

A experiência da ocupação gerou inúmeras reflexões para os estudantes, além de uma imersão na história da luta estudantil. Conforme declara um aluno carioca: “Nós nos inspiramos nos estudantes chilenos. Eles ocuparam várias escolas e isso foi muito importante para a luta deles” (RODRIGUES, 2016, p. 10).

Destarte, a discussão se ampliou através das experiências midiáticas virtuais e o movimento ganhou notoriedade nos espaços alternativos pela defesa dos direitos do cidadão, afinal, faz-se necessário “reconhecer o funcionamento da sociedade, descobrir os mecanismos de dominação encobertos pela ideologia dominante e os enfrentamentos das classes na disputa pelo poder” (SEMERARO, 2006a, p. 1). Nessa disputa, o coletivo jovem está caminhando numa direção de descortinamento das leis que controlam o poder público das políticas educacionais. Mas, ainda, é só o começo.

5. CONCLUSÃO

“Retorna-se à participação realmente ativa do aluno na escola, que só pode existir se a escola for ligada à vida”.

(Antonio Gramsci)

Notamos, nesses exemplos, a ocorrência de reflexões acerca de ideias democráticas educacionais nas redes sociais via *web*, assim como uma possível intelectualização orgânica no Brasil propiciada pelas interações na rede digital. As comunidades e movimentos virtuais configuram uma continuidade dos movimentos populares brasileiros da segunda metade do século passado (SEMERARO, 2007) e de outras iniciativas oriundas dos setores subjugados. Tais propósitos abrangem o embate das classes sociais. E o cenário se constitui a partir do progresso tecnológico capitalista: o ambiente virtual-digital. Por isso, além do *Facebook*, outras redes disponíveis na internet poderão ser consideradas para o aprofundamento da pesquisa. Afinal, se a repressão do governo sempre se impôs em nossa sociedade, inibindo as

manifestações, mobilizações e demais efervescências políticas nos meios estudantis, e manipulando os veículos midiáticos, as opiniões e ideias que circulam no ambiente *web* conta com uma realidade distinta. Isso porque:

A contínua transformação da tecnologia da comunicação na era digital amplia o alcance dos meios de comunicação para todos os domínios da vida social, numa rede que é simultaneamente global e local, genérica e personalizada, num padrão em constante mudança (CASTELLS, p. 14, 2007).

A expectativa é a continuidade da pesquisa sobre um tema de extrema relevância social. A educação do Brasil se apresenta deficitária, com graves problemas estruturais gerados por uma ideologia/hegemonia que não tem interesse de promover a formação de cidadãos críticos-reflexivos acerca da nossa realidade. Uma brecha encontrada nas informações que circulam nas mídias – fomentadas pelos propósitos da elite dominante – é identificada nas redes sociais virtuais. No ambiente da internet, muitos pensamentos filosóficos se difundem concernentes a questionamentos sobre as práticas pedagógicas. As comunidades da *web* exploram espaços, antes oprimidos e controlados pelos poderes do Estado, que corroboram para que ideias democráticas alcancem outros grupos, disseminando a contestação em prol dos direitos dos cidadãos em nosso país.

Por fim, em nossa análise, encontramos um alinhamento do movimento com o viés teórico gramsciano, pois “Gramsci valoriza o saber popular, defende a socialização do conhecimento e recria a função dos intelectuais conectando-os com as lutas políticas dos ‘subalternos’” (SEMERARO, 2006a, p. 3).

Decerto, a intelectualidade deve estar comprometida politicamente com o envolvimento nas lutas, representando a cultura do povo, defendendo um outro projeto de sociedade, e reescrevendo a história social. E os estudantes demonstraram almejar uma nova realidade escolar; e já começaram a reescrever a história da educação no Brasil.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2013.

- DEMO, P. *Educar pela pesquisa*. 6. ed. Campinas, SP. Autores Associados, 2003.
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo. Edições Loyola, 2007.
- IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. PNAD. Vol 32, 2012. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilio_s_anual/2012/Volume_Brasil/pnad_brasil_2012.pdf. Acesso em: 29 set. 2014.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel. A política e o estado moderno*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1968.
- _____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo: Círculo do Livro, 1981.
- _____. *Cadernos do Cárcere*. Volume 2. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- LONTRA, Thiago. “Brasil fica em 60º em ranking mundial da educação”. *O Globo*. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/brasil-fica-em-60-em-ranking-mundial-da-educacao-16141679>. Acesso em: 24 Maio 2015.
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 18 mar. 2014.
- MAINARDES, Jefferson. “Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais”. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 27, n. 94, p.47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 13 Mar 2016.
- MALINI, Fábio. “A multiplicidade do Eu no #OcupaEscola”. Disponível em: <https://medium.com/@fabiomalini>. Acesso em 08 Junho 2016.
- MEC. SAEB – 2005. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. DF, 2007. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/menu_do_professor/resultados/Saeb_resultados95_05_UF.pdf. Acesso em: 24 Maio 2015.
- PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. 2009. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/pnad_sintese_2009.pdf. Acesso em: 24 mar. 2013.
- SEMERARO, Giovanni. “Da sociedade de massa à sociedade civil: A concepção da subjetividade em Gramsci”. *Educação & Sociedade*, ano XX, nº 66, Abril/99. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v20n66/v20n66a3>. Acesso em: 17 Maio 2015.
- _____. “Intelectuais “orgânicos” em tempos de pós-modernidade”. *Cad. Cedes*, Campinas, vol. 26, n. 70, p. 373-391, set./dez. 2006a. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 17 Maio 2015.
- _____. “Intelectuais ‘orgânicos’: atualidade e contraponto”. Reunião Anual da ANPED. GT 17. 2006b. Disponível em: <http://29reuniao.anped.org.br/>. Acesso em 8 Junho 2016.

_____. “Da libertação à hegemonia: Freire e Gramsci no processo de democratização do Brasil”. Revista Sociologia e Política, Curitiba, 29, p. 95-104, nov. 2007. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=23802908>. Acesso em 17 Maio 2015.

_____. “Gramsci e os movimentos populares: uma leitura a partir do caderno 25”. Educação e Sociedade, Campinas, v. 35, n. 126, p. 61-76, jan.-mar. 2014. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 18 Maio 2015.

_____. “‘Crise orgânica’ e luta de classes em Gramsci”. Revista Práxis e Hegemonia Popular, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, Dezembro 2016. Disponível em: <http://igsbrasil.org/praxis/artigos/documentos/GSemeraroCriseOrganica.pdf>. Acesso em 05 Outubro 2016.

RECUERO, Raquel. *Redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

_____. “Contribuições da Análise de Redes Sociais para o estudo das redes sociais na Internet: o caso da *hashtag* #Tamojuntodilma e #CalaabocaDilma”. Revista Fronteiras – estudos midiáticos. v. 16, n. 2 (2014). Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2014.162.01>. Acesso em 08 Junho 2016.

RODRIGUES, Fania. “Primavera Secundarista”. Caros Amigos. Ano XIX. n. 231. 2016.

I JOINGG – JORNADA INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ANTONIO GRAMSCI
VII JOREGG – JORNADA REGIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ANTONIO GRAMSCI
Práxis, Formação Humana e a Luta por uma Nova Hegemonia
Universidade Federal do Ceará – Faculdade de Educação
23 a 25 de novembro de 2016 – Fortaleza/CE
Anais da Jornada: ISSN 2526-6950